

Portaria CAGE 04, de 14 de fevereiro de 2012.

O CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 2º, incisos VIII e XI da Lei Complementar 13.451, de 26 de abril de 2010, e considerando o disposto no artigo 150 da Constituição Estadual, nos artigos 52 e 53 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 3º do Decreto 47.812, de 28 de janeiro de 2011, e no art. 15, parágrafo único da Lei Federal 11.494, de 20 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º - Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado relativo ao exercício de 2011, de acordo com a Portaria 249, de 30 de abril de 2010, da Secretaria do Tesouro Nacional, com informações realizadas e registradas no Sistema de Administração Financeira do Estado – AFE pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO SCAPIN,
Contador e Auditor-Geral do Estado, em exercício.
CPF – 294.272.400-59
CRC/RS – 37.113

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2011 A DEZ/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (1) (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.347.080.779,74	4.383.101,80
Pessoal Ativo	6.164.327.245,11	836.284,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.182.753.534,63	3.546.817,52
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art.18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	641.727.483,53	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	641.727.483,53	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	10.705.353.296,21	4.383.101,80
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	10.709.736.398,01	
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		21.927.904.938,78
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		48,84%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 60.00%		13.156.742.963,27
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57.00%		12.498.905.815,10

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

Notas:

1 O valor dos itens Pessoal Ativo e Pessoal Inativo e Pensionistas não inclui despesas com indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária, decorrentes de decisão judicial e de exercícios anteriores.

2

A Despesa Total com Pessoal está apresentada de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado - TCE quanto à Prestação de Contas da Gestão Fiscal do exercício de 2000, adotando-se, subsidiariamente, a orientação contida na Informação TCE 43/2001 e no Parecer Coletivo 2/2002, aprovados pelo Tribunal Pleno nas sessões de 10 de outubro de 2001 e 08 de maio de 2002, respectivamente. Neste sentido, não estão computados como despesa de pessoal os gastos com pensões, assistência médica, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-creche, bolsa de estudos, auxílio-funeral e o Imposto de Renda Retido na Fonte da remuneração dos servidores.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JAN/2011 A DEZ/2011

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
1 - PODER EXECUTIVO (1.1 + 1.2 + 1.3 - 1.4)	4.684.413.057,37	2.728.746.202,26	1.955.666.855,11
1.1 - Administração Direta	4.587.368.035,04	2.726.669.259,66	1.860.698.775,38
1.2 - Autarquias	84.639.238,23	43.619.774,67	41.019.463,56
1.3 - Fundações	58.913.849,67	4.965.233,50	53.948.616,17
1.4 - Transferências Intragovernamentais	46.508.065,57	46.508.065,57	-
2 - PODER LEGISLATIVO (2.1 + 2.2)	4.310.131,45	29.247,64	4.280.883,81
2.1 - Assembléia Legislativa	2.350.536,02	-	2.350.536,02
2.2 - Tribunal de Contas do Estado	1.959.595,43	29.247,64	1.930.347,79
3 - PODER JUDICIÁRIO	541.528.999,90	144.981.272,42	396.547.727,48
4 - MINISTÉRIO PÚBLICO	14.962.299,09	62.033,23	14.900.265,86
RECURSOS NO ATIVO VINCULADO (I) = (1 + 2 + 3 + 4)	5.245.214.487,81	2.873.818.755,55	2.371.395.732,26
5 - PODER EXECUTIVO (5.1 + 5.2 + 5.3 + 5.4 - 5.5)	1.395.262.242,14	6.532.492.899,20	(5.137.230.657,06)
5.1 - Administração Direta	750.430.785,87	6.236.973.858,33	(5.486.543.072,46)
5.2 - Autarquias	746.571.630,14	164.592.232,21	581.979.397,93
5.3 - Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS	75.124.659,95	366.229.628,66	(291.104.968,71)
5.4 - Fundações	114.017.206,59	55.579.220,41	58.437.986,18
5.5 - Deduções para fins de Consolidação do Poder Executivo:	290.882.040,41	290.882.040,41	-
- Transferências Intragovernamentais	106.054.457,68	106.054.457,68	-
- Contribuições ao IPE-SAÚDE	12.086.680,82	12.086.680,82	-
- Contribuições ao RPPS	24.786.941,02	24.786.941,02	-
- Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura - CDO	90.000.981,70	90.000.981,70	-
- IRRF/CPS a Recolher	50.292.850,41	50.292.850,41	-
- Consignações sobre Folha de Pagamento	7.660.128,78	7.660.128,78	-
6 - PODER LEGISLATIVO (6.1 + 6.2)	55.168.437,95	10.494.611,46	44.673.826,49
6.1 - Assembléia Legislativa	42.577.001,56	8.130.608,39	34.446.393,17
6.2 - Tribunal de Contas do Estado	12.591.436,39	2.364.003,07	10.227.433,32
7 - PODER JUDICIÁRIO	80.128.358,97	20.162.285,73	59.966.073,24
8 - MINISTÉRIO PÚBLICO	38.258.045,16	9.689.480,88	28.568.564,28
9 - DEDUÇÕES PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO NO ESTADO (9.1 + 9.2 + 9.3)	4.404.767,95	4.404.767,95	-
9.1 - Contribuições ao IPE-SAÚDE devidas pelos demais Poderes	4.099.438,93	4.099.438,93	-
9.2 - Contribuições ao RPPS devidas pelos demais Poderes	57.891,70	57.891,70	-
9.3 - IRRF e Contribuição Previdenciária Suplementar devidos pelos demais Poderes	247.437,32	247.437,32	-
RECURSOS NO ATIVO DISPONÍVEL (II) = (5 + 6 + 7 + 8 - 9)	1.564.412.316,27	6.568.434.509,32	(5.004.022.193,05)
TOTAL (III) = (I + II)	6.809.626.804,08	9.442.253.264,87	(2.632.626.460,79)

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

Nota: As Obrigações Financeiras não incluem os saldos de empenho do exercício não-liquidados inscritos nas contas de Restos a Pagar Não-Processados, os quais são demonstrados no Anexo VI.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2011 A DEZ/2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b")

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
1 - PODER EXECUTIVO (1.1 - 1.2)	40.965.940,94	226.654.598,31	86.224.380,80	221.636.754,31	1.955.666.855,11	-
1.1 - Administração Direta, Autarquias e Fundações	40.981.693,56	226.657.828,79	86.224.380,80	223.144.417,60	1.955.666.855,11	-
1.2 - Contribuições patronais ao IPE-SAÚDE e RPPS	15.752,62	3.230,48	-	1.507.663,29	-	-
2 - PODER LEGISLATIVO (2.1 + 2.2)	-	29.247,64	-	728.759,90	4.280.883,81	-
2.1 - Assembléia Legislativa	-	-	-	-	2.350.536,02	-
2.2 - Tribunal de Contas do Estado	-	29.247,64	-	728.759,90	1.930.347,79	-
3 - PODER JUDICIÁRIO	172.026,64	9.440.938,15	120.468.136,70	174.137.246,90	396.547.727,48	-
4 - MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	62.033,23	12.600,00	14.900.265,86	-
RECURSOS NO ATIVO VINCULADO (I) = (1 + 2 + 3 + 4)	41.137.967,58	236.124.784,10	206.754.550,73	396.515.361,11	2.371.395.732,26	-
5 - PODER EXECUTIVO (5.1 - 5.2)	97.843.476,95	531.930.673,76	21.711.165,63	44.299.722,37	(5.137.230.657,06)	259.713.575,37
5.1 - Administração Direta, Autarquias e Fundações	107.948.342,51	554.974.023,27	21.763.812,39	46.596.888,37	(5.137.230.657,06)	259.713.575,37
5.2 - Contribuições patronais ao IPE-SAÚDE e RPPS	10.104.865,56	23.043.349,51	52.646,76	2.297.166,00	-	-
6 - PODER LEGISLATIVO (2.1 + 2.2)	27.091,59	4.536.935,52	2.429.725,93	9.430.630,46	44.673.826,49	-
6.1 - Assembléia Legislativa	25.141,59	3.311.579,66	1.648.925,10	7.810.316,54	34.446.393,17	-
6.2 - Tribunal de Contas do Estado	1.950,00	1.225.355,86	780.800,83	1.620.313,92	10.227.433,32	-
7 - PODER JUDICIÁRIO	11.085,90	4.674.189,80	722.119,66	-	59.966.073,24	-
8 - MINISTÉRIO PÚBLICO	100.042,77	1.857.730,79	2.542.048,19	13.739.100,44	28.568.564,28	-
RECURSOS NO ATIVO DISPONÍVEL (II) = (5 + 6 + 7 + 8)	97.981.697,21	542.999.529,87	27.405.059,41	67.469.453,27	(5.004.022.193,05)	259.713.575,37
TOTAL (III) = (I + II)	139.119.664,79	779.124.313,97	234.159.610,14	463.984.814,38	(2.632.626.460,79)	259.713.575,37

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS LIMITES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JAN A DEZ/2011

RGF - ANEXO VII (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	10.709.736.398,01	48,84%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.156.742.963,27	60,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	12.498.905.815,10	57,00%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	46.874.222.770,28	213,77%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	43.855.809.877,56	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	168.477.288,93	0,77%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.824.139.086,53	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.508.464.790,20	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita	1.534.953.345,71	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	463.984.814,38	(2.632.626.460,79)

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE